

AMMP faz doação para a Pediatria e Patologia do Hospital das Clínicas



BARBARA PEIXOTO

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) entregou, no dia 25 de maio, 222 itens — entre TVs, videocassetes, brinquedos, multimídia, macas —, para atenderem os serviços de Pediatria e de Patologia e Medicina Laboratorial, ao custo de mais de R\$ 23 mil. A campanha de doação para o HC teve início em março. O Hospital das Clínicas foi escolhido para abrir as campanhas sociais da AMMP por ser um hospital 100% SUS e atender a milhares de pessoas de todo o Estado anualmente.

PÁGINAS 8 E 9

Master e Supermaster trazem o título do Nacional de Futebol

Dois troféus vieram de Florianópolis na bagagem dos atletas da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP). As equipes Master e Supermaster foram campeãs do XV Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público, realizado de 26 a 29 de maio. Na última partida, o time Master mineiro garantiu o título, ao vencer Goiás por 2 x 0. No Supermaster, Minas venceu o Rio Grande do Sul nos pênaltis e garantiu o primeiro lugar. Na categoria Força Livre, Minas ficou em terceiro lugar e na Sênior em quarto.



Fotos Divulgação



PÁGINA 16

AMMP promove
mais um Chá das 3

PÁGINA 3

Congresso Estadual do Ministério
Público reúne grandes nomes na capital

PÁGINAS 6 E 7

Junho: o mês do Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais



ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062

Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

Presidente:

José Silvério
Perdigão de Oliveira

1º vice-presidente:

Enéias Xavier Gomes

2º vice-presidente:

Larissa Rodrigues
Amaral

3º vice-presidente:

Luiz Felipe de
Miranda Cheib

4º vice-presidente:

Fabiano Mendes Cardoso

1º diretor administrativo:

Francisco Chaves
Generoso

2º diretor administrativo:

Fabiano Ferreira Furlan

1º diretor financeiro:

Edson Ribeiro Baeta

2º diretor financeiro:

Eduardo Francisco
Lovato Bianco

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórteres

Bárbara Peixoto
(MG 0018414)

Felipe Jávare
(MTB 12046/MG)

Diagramação

Edições Geraes Ltda.

Tiragem

1.000 exemplares

Falar do Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais equivale a descrever acontecimentos históricos que sempre marcaram a vida institucional, desde sua primeira edição, no idos dos anos de 1992. Desde aquele primeiro evento, percebe-se que a criatividade sempre foi uma de suas marcas, o que fez com que se tornasse parte obrigatória do calendário institucional.

Agora, em sua XII edição, pretendemos, assim como fizeram as exitosas administrações anteriores, deixar nossa marca, realçando em especial a grandiosidade do Ministério Público.

O novo teatro do Minas Tênis Clube preservará o glamour da solenidade. O salão de festas ilustrará o convite para as palestras e boa convivência.

Ministro Carlos Mário Velloso, Daniela de Freitas Marques, Douglas Fischer, Fábio George, Paulo Markum, Leandro Karnal, Roberson Henrique Pozzobon, Maurizio De Luccia, dentre outros, nos proporcionarão importantes e salutares reflexões. E, de entremeio, discutiremos as teses apresentadas pelos colegas.

Ao final, estaremos unidos no conagraçamento, com show da banda Skank.

Já somos mais de duas centenas de inscritos, com os quais compartilharemos momentos de ciência, cultura e alegria.

Aos já inscritos, guardemos a ansiedade. Aos que ainda não se inscreveram, fica aqui o convite para participar de um momento que permeia nossas tradições institucionais e que tem nos exigido redobrado cuidado em cada detalhe com a finalidade exclusiva de atender o associado. Na página 7 deste veículo, reforçamos as atrações principais do XII Congresso, que, na edição passada, foi descrito integralmente.

Solidariedade

Apresentamos também aqui o resultado da vitoriosa campanha de doação de brinquedos e outros itens para o Hospital das Clínicas, que somaram 222 produtos ao custo de mais de R\$ 23 mil. Foi mesmo emocionante saber o quanto serão proveitosos os brinquedos, DVDs, filmes e outros bens para a humanização do atendimento às crianças e aos outros pacientes ali atendidos. Dela ficou-nos a lição para perseverarmos nesse trabalho que beneficia quem recebe, claro, e também a quem doa.

O desenvolvimento de ações sociais através da participação de colegas tem sido uma das maiores graças nesse início de gestão. Nossa próxima empreitada será no Núcleo Caminhos para Jesus, modelo de atendimento a portadores de paralisia cerebral média e severa e idosos carentes. Estão todos convidados para uma visita inicial na manhã do dia 11 de junho.

E você ainda procura um bom motivo para fazer um JustVida?
O seguro de vida em grupo feito para quem é associado da AMMP.

Melhores coberturas
Melhor preço
Permite a inclusão de cônjuge

Para saber mais ou fazer o seu JustVida acesse:
www.sienaseguros.com.br/ammpseg
ou ligue:
0800 771 1231

www.sienaseguros.com.br/ammpseg



Chá das 3 reúne aposentados e pensionistas na AMMP

Foi realizada, em 3 de maio, mais uma edição do Chá das 3, que reúne mensalmente, na primeira terça-feira do mês, aposentados e pensionistas. Eles foram recebidos pelo presidente e vice José Silvério Perdigão e Enéias Xavier, respectivamente.

Na ocasião, o segundo diretor administrativo, Fabiano Furlan, falou aos associados sobre os trabalhos da área social que a AMMP está implementando e a necessidade da participação de cada um para o sucesso dessa ação solidária. O diretor-geral do Núcleo Caminhos para Jesus, Arthur Nascimento, convidado pelo diretor, apresentou os trabalhos desenvolvidos na instituição em prol de



FOTOS MARIA DO SOCORRO MATTOS

▲ A reunião é realizada mensalmente

crianças portadoras de paralisia cerebral, de idosos carentes e na escola que atende portadores de necessidades especiais do Núcleo e da comunidade.

Arthur ressaltou as dificuldades financeiras da instituição neste momento de crise e convidou os presentes a conhecerem o Núcleo. A visita foi marcada para 11 de junho, saindo da AMMP, que disponibilizará transporte para os interessados.

O Núcleo Caminhos para Jesus, localizado no Bairro Floramar, atende 90 crianças e adultos com paralisia cerebral média e severa, acolhe 62 idosos carentes e

mantém uma escola para especiais também da comunidade. Sua diretoria é voluntária e 95% de sua receita vêm de doações.



▲ Arthur Nascimento



▲ Conceição Melo

A procuradora de Justiça Conceição Melo apresentou os professores de dança Navir Salas e Débora Ambrosam, que fizeram uma apresentação de tango



Dança

A promotora de Justiça Conceição Melo, também na oportunidade, informou sobre cursos de dança no salão de festas da AMMP, realizados sempre às terças-feiras, às 18 horas, desde o dia 24 de maio.

Os professores Navir Salas e Debora Ambrosam fizeram apresentação de tango. Dentre outras, haverá aulas de tango, forró e zumba.

As inscrições podem ser feitas pelo e-mail comunicacao@ammp.org.br ou pelo telefone (31) 2105-4822. As aulas serão gratuitas para os associados.

AMMP-Saúde oferece ginecologia infanto-puberal no ambulatório

O AMMP-Saúde disponibiliza em seu ambulatório, que funciona no edifício-sede da AMMP, a especialidade ginecologia infanto-puberal, com atenção especial na pré-puberdade.

“É uma abordagem educativa e preventiva para crianças a partir dos nove/dez anos, que versa sobre o desenvolvimento e as transformações do corpo, sexualidade e prevenção de doenças, conforme a demanda de cada menina”, informa a ginecologista Jane Savoi Silveira, que está no serviço há oito anos.

O atendimento, no entanto, não é só infanto-puberal. A ginecologista atende mulheres de todas as idades, desde os primeiros meses do nascimento, caso haja alguma anomalia ginecológica, até a terceira idade.

pacientes a fazer uma visita anual ao ginecologista para exames de citologia preventiva oncológica, mamografia (a partir dos 35 anos) e exames complementares (ultrassom e densitometria óssea, se necessário), além de rastreamento nos exames de sangue.

Ela faz coro a outros especialistas quando diz que não existe fórmula mágica para uma vida saudável. O ideal é que a alimentação seja sempre saudável (sem excessos de sal, açúcar e gorduras), seja rotineira a prática de exercícios e anual a visita ao médico. “Aos 75 anos, é muito grande a diferença da saúde de quem é sedentária ou não”, alerta a médica.

Jane atende às segundas, das 13 às 17h; às quintas, das 7h15 às 11h; e às sextas-feiras, das 13h30 às 17h.



▲ Jane Savoi: não existe fórmula mágica para uma vida saudável

Jane Savoi orienta suas

Mais quatro convênios são firmados

O AMMP-Saúde comunica os convênios celebrados e os descredenciamentos ocorridos no período de 21 de abril a 20 de maio.

■ Belo Horizonte

Cristina Helena Toledo de Paula
- Oftalmologia
Rua Otoni, 742/20
Telefone (31)3222-4434

■ Divinópolis

Vascular Medicina
- Angiologia e Cirurgia Vascular
Rua Minas Gerais, 765; 5º andar
Telefone (37) 3512-0330

■ Uberlândia

Imperial Home Care Assistência Médico -
Domiciliar Eireli - ME
Av. Doutor Misael Rodrigues de Castro, 1186
Telefone (34) 3215-6549

Med Care Assistência Domiciliar – Home Care
Rua Cipriano Del Favero, 131
Telefone: (34)3235-6000

CANCELAMENTO

■ Araguari

Hospital São Sebastião - Atendimento Geral

COMUNICADO

Hospital Regional do Sul de Minas
Av. Rui Barbosa, 158
Atendimento ambulatorial em Neurocirurgia à sextas-feiras, à tarde;
agendamentos pelo telefone (35) 3690-2800

Associação de Integração Social de Itajubá
Rua Morro Chic

Atendimento geral - Informações sobre atendimentos no site www.medicinaitajuba.com.br.



AMMP e Caoma visitam lideranças na Assembleia



O presidente e vice da AMMP José Perdigão e Enéias Xavier e o coordenador da Campanha Mar de Lama, Carlos Eduardo Ferreira, em visita à Alemg



A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação (Caoma), representadas pelo presidente José Silvério Perdigão e vice Enéias Xavier e pelo coordenador da Campanha Mar de Lama Nunca Mais, promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto, visitaram, na semana de 9 a 13 de maio, deputados na Assembleia Legislativa para apresentar o projeto de lei que encabeça a campanha.

Na oportunidade, foram convidados os deputados estaduais para o XII Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais, a ser realizado de 22 a 24 de junho.

A Campanha

A Campanha Mar de Lama Nunca Mais foi lançada pela AMMP e Caoma no dia 31 de março, visando a um projeto de lei de iniciativa popular “para estabelecer normas de segurança para as barragens destinadas à disposição final ou temporária de rejeitos de mineração”. Estão sendo colhidas assinaturas em todo o Estado para serem encaminhadas à Assembleia.

A campanha nasceu da “angústia e indignação” dos promotores de Justiça da Força Tarefa que foi criada para apurar as causas do rompimento da barragem de Bento Rodrigues, em Mariana, no dia 5 de novembro passado.

Para ser um signatário do projeto de lei, acesse www.mardelamanuncamais.com.br.

ESTANTE

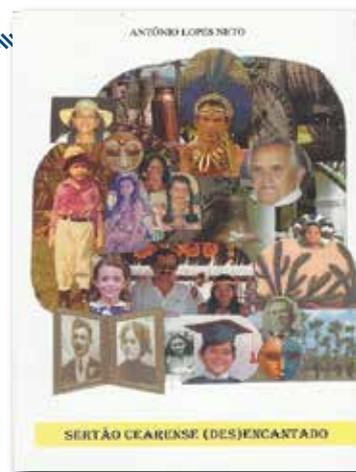
Sertão Cearense (Des)encantado

Sertão Cearense (des)encantado: dez capítulos e muitos cadernos entrelaçados de realidade e ficção, no palco exuberante do Vale do Jaguaribe; Antônio Lopes Neto, 2016, Imprensa Oficial de Minas Gerais.

Nesse livro, Lopes Neto faz uma “costura de tantas lembranças rejuvenescidas e tocadas pela sinfonia do sotaque da Lopansa Nunes Maia, enfeitando e reacendendo a chama viva dos anos passados”. Ele confessa a seus filhos e netos a saudade que sente do seu Ceará e as

inspirações que vêm a partir das emoções que nascem daí.

Em dez capítulos, Lopes Neto homenageia os avós paternos e maternos, respectivamente, Antônio Lopes de Souza Andrade, Maria Aridina Nunes de Andrade e Antônio Lopes da Costa Maia e Mônica Nunes Maria, os tios Maria do Carmo, Luiz, Napoleão, Aldonso, Casimira, Antônio Regino. Nas “Palavras finais ou o início de tudo?”, o autor continua as homenagens a tios, bisavós, e tetravô.



Roteiro de atuação do Ministério Público: Estado laico e o ensino religioso nas escolas públicas

Visando à concretização desse escopo magno republicano, a fiel observância do princípio da laicidade do Estado afigura-se indispensável para preservar o respeito à cidadania, à dignidade da pessoa humana, ao pluralismo religioso e à diversidade cultural. Nesse

contexto, e sob a ótica do respeito à dignidade humana e da diversidade cultural, é que serão analisadas algumas questões a respeito do ensino religioso nos sistemas de ensino público.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio desse roteiro, tem

o objetivo de fornecer subsídios para auxiliar os membros do Ministério Público brasileiro em defesa do Estado Laico, tendo em vista as recorrentes violações à Constituição da República praticadas no âmbito dos sistemas de ensino público do país.

Congresso estadual reúne renomados juristas em BH

De 22 a 24 de junho, a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) promove o XII Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais com o tema “Ministério Público no combate à corrupção”. A abertura será no Teatro Bradesco, às 20 horas, com palestra do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro

Carlos Mário Velloso, seguida de coquetel no Minas Tênis Clube, com a banda Daniel Bravo. A apresentação de teses acontecerá no dia 23, das 9 às 11h30, seguida de plenária, no Centro de Convenções do Hotel Mercure-Lourdes.

A festa de encerramento, na noite do dia 24, será no Espaço Meet-Porcão, com show da banda Skank, a partir das 22 horas.



▲ Roberson Henrique Pozzobon



▲ Daniela Marques



▲ Maurizio De Luccia

Palestras

- **Dia 23, às 14h30** - “Ricardo III, de Shakespeare: poder, política e crimes no teatro da vida”, Daniela de Freitas Marques, juíza de Direito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, professora-adjunta da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre e Doutora em Direito pela UFMG.
- **15h45** - “Aspectos práticos da colaboração premiada”, Douglas Fischer, procurador da República - Área Criminal da Procuradoria Regional da República da 4ª Região, Mestre em Instituições de Direito e Estado pela PUC-RS, professor de Direito Penal e Direito Processual Penal.
- **17h15** - **Conselheiro Fábio George Nóbrega, do Conselheiro**



Nacional do Ministério Público (CNMP).

- **24 de junho - às 9h** - “O papel da imprensa no combate à corrupção”, Paulo Markun - jornalista Foi repórter, editor, comentarista, chefe de reportagem e diretor de redação em emissoras de televisão, jornais e revistas. Apresentou o Roda Viva da TV Cultura por dez anos.
- **10h30** - “Vaidade e implicações da corrupção”, Leandro Karnal, Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, pós-doutorado na Universidad Nacional

Autónoma de México e no CNRS de Paris.

- **14h45** - “Corrupção: um antigo problema sob novas perspectivas”, Roberson Henrique Pozzobon - procurador da República - integrante da força-tarefa do MPF na Operação Lava Jato.
- **16h30** - “Enfrentamento à corrupção e às organizações criminosas de tipo mafioso na Itália” - Maurizio De Luccia Procurador Antimáfia na Itália. A palestra vai ser ministrada em italiano. Haverá tradução simultânea.

O XII Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais

Joaquim Cabral Netto*

Nem todos se apercebem do que deva ser um Congresso Estadual do Ministério Público. Ele, na verdade, deve ser o ponto de partida de novas ideias, a afirmação de condutas ou procedimentos em andamento, a busca de posições filosóficas ou classistas, a reafirmação de princípios e o entrosamento de faixas etárias dos seus participantes.

Ademais, os congressos estaduais servem como preparo das posições a serem tomadas, ou defendidas, em congressos nacionais de nossa Instituição.

Num momento político-social que também provoca novas e inesperadas reações no campo jurídico, surge o XII Congresso Estadual de Ministério Público de Minas Gerais. E é para que o nosso Ministério Público se prepare e adequue às exigências de hoje, é que a AMMP o promove.

A presença e o papel da mídia, o combate à corrupção e as suas novas perspectivas, as delações premiadas, o papel da imprensa nesse mundo novo de

atuação do Ministério Público permeiam o campo de sua atuação hodierna. E é exatamente para atualizar os seus integrantes, dentro de aspectos práticos, que serão proferidas palestras pelos maiores especialistas sobre tais questões.

E, encerrando toda essa visão absolutamente atual, é que será ouvido um jurista internacional que tratará do admirável trabalho que o Ministério Público da Itália teve no “Enfrentamento à Corrupção e às Organizações Criminosas da Máfia Italiana”.

Esse próximo Congresso desponta como imperdível para aqueles que despontam no combate à corrupção. E, dele, é isso que se espera.



*PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO

MPMG promove curso sobre investigação, processo e julgamento de feminicídios

O Ministério Público e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com o apoio da ONU-Mulheres, promovem o Curso: Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres-feminicídios. O

curso é direcionado a profissionais da segurança pública e do sistema de justiça e acontecerá nos dias 2 e 3 de julho, das 8h30 às 18h, no TJMG, onde se reunirão cerca de 240 pessoas, entre integrantes do MPMG, do TJMG, defensores públicos, advogados,

pesquisadores e outros profissionais com atuação na temática.

O curso conta com a colaboração da Defensoria Pública e das polícias Civil e Militar. Mais informações pelo telefone (31) 3330-8394.

Situação no Brasil

O Brasil ocupa atualmente a quinta posição dentre as nações com o maior número de feminicídios (assassinatos de mulheres por circunstâncias de gênero). Segundo o Mapa da Violência-Homicídio de Mulheres, a cada 4 minutos uma mulher é atendida no Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS) vítima de violência. São 405 atendimentos por dia, mais de 147 mil ao ano. Como forma de enfrentar esse grave fenômeno, foi criada, por meio da Lei nº 13.104/2015, a figura penal do Feminicídio, alterando-se o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) para fazer

inserir uma nova qualificadora trouxe como consequência a majoração da pena prevista para os casos de homicídio quando a vítima for mulher e o crime for motivado “por razões da condição de sexo feminino”, nas hipóteses de violência doméstica e familiar ou discriminação à condição de mulher. Neste ano, a redução dos feminicídios foi eleita como meta pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp).

Nesse contexto, surgiram as diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar os casos de feminicídio, documento elaborado com a participação de

especialistas e profissionais que atuam na área, num esforço capitaneado pela ONU-Mulheres. Segundo a coordenadora do CAO-Direitos Humanos, promotora Nivia Monica da Silva, foi com o objetivo de difundir o teor desse documento e contribuir para a qualificação técnica dos agentes incumbidos na tarefa de enfrentar os casos de feminicídio que foi organizado o curso.

Em março, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) propôs a elaboração de diagnóstico para levantar a situação dos inquéritos, em cada unidade da Federação, que investigam o

crime de feminicídio.

O coordenador da Enasp, Esdras Dantas, destacou que a redução do feminicídio é um tema atual e relevante para as instituições e para a sociedade brasileira. “É fundamental que possamos combater a impunidade em relação ao crime de feminicídio. O CNMP tem o compromisso de unir o Ministério Público dos Estados e da União em torno desse tema. Assim, não podemos deixar que inquéritos que apuram o crime de feminicídio fiquem paralisados. Uma das metas da Enasp é que os processos tenham regular andamento”, salientou Dantas na ocasião.

AMMP entrega brinquedos e outros itens ao Hospital das Clínicas

Duzentos e vinte e dois itens - TVs, vídeos-cassetes, brinquedos, multimídia, macas, dentre outros, foram entregues, na manhã de 25 de maio, ao Hospital das Clínicas de Belo Horizonte para atenderem os serviços de Pediatria e de Patologia e Medicina Laboratorial. A campanha de doação da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) para o HC teve início em março. O valor total dos itens doados somou mais de R\$ 23 mil. O Hospital das Clínicas foi escolhido para abrir as campanhas sociais da AMMP por ser um hospital 100% SUS e atender a milhares de pessoas de todo o Estado anualmente.

A doação, certamente, vai melhorar o acolhimento dos pacientes e humanizar ainda mais o atendimento na Pediatria

O professor Alexandre Rodrigues Ferreira, gerente de Ensino e Pesquisa do HC, entregou ao vice-presidente da AMMP, Enéias Xavier, um certificado

FOTOS BARBARA PERICOTI



▲ Fabiano Furlan e Enéias Xavier, na brinquedoteca do HC

das doações com agradecimento de toda a equipe. Ele destacou a importância da doação que, certamente, vai melhorar o acolhimento dos pacientes e humanizar ainda mais o atendimento na Pediatria.

A gerente administrativa Elisete Neme ressaltou a alegria e gratificação por terem sido vistos pelo trabalho que realizam. Como instituição federal, o Hospital das Clínicas não pode fazer campanhas de doações, diferentemente dos hospitais filantrópicos, “mas, claro, pode recebê-las”, frisou.

Enéias Xavier falou de sua emoção ali na entrega dos bens e lembrou dois segmentos alijados das reivindicações neste momento de tantas demandas: os doentes

e idosos. “Sem voz mesmo”, suspirou. Ele agradeceu o trabalho feito pelo HC em prol “daqueles que mais precisam”. Ao final, Enéias destacou uma passagem na biografia de madre Tereza de Calcutá, em sua vida de total entrega “aos mais pobres entre os pobres”. Ele destacou ainda o trabalho do promotor de Justiça Fabiano Furlan, segundo diretor administrativo da AMMP, que visa apresentar e incentivar ações solidárias entre os associados.

Furlan fechou a solenidade com uma oração, que foi seguida de uma visita à Pediatria - no sexto e décimo andares, tendo à frente da chefe do setor, a pediatra Carla Emília de Sá Rodrigues.

Os itens

Foram doados: um aparelho Datashow, duas cadeiras de roda, duas macas simples com guarda-copo, duas TVs 32, dez tatames de borracha, duas mesas infantis, oito cadeiras infantis, quatro mesas sumer, 16 cadeiras juvenis, quatro armários com chave, nove aparelhos de DVDs portáteis, um aparelho de DVD, duas árvores ventosa, dois baldes de blocos, oito chocalhos mordedores, duas bonecas grandes, cinco kits de copinhos de empilhar, duas girafas com blocos, zoológico de atividades, câmera aprender e brincar, lagarta surpresa, CD player, quebra-cabeças de

vogais, mesa de atividades, Cuco aprender e brincar, centro de atividades, pianinho musical, trenzinho musical, casa das chaves, caixa encaixa, cubo de formas geométricas, casa motinho de atividades, casa do Mickey, dez carrinhos de plástico, dez carrinhos hot wheels, duas pistas hot wheels, três caminhões combo e dois construction, seis aviões imaginex sky, cinco kits de cozinha infantil, duas cozinhas eletrônicas, quatro jogos de memória (animais, cores, frutas e desenhos), cinco jogos de dominó, três kits de ferramenta simples, três kits de médico, duas bonecas polly, uma boneca (conjunto

médico e dentista), uma boneca (treinadora de ginástica), lego super heróis 92 peças, lego super heróis 174 peças, lego super heróis 237 peças, lego super heróis 248 peças, lego carro de combate no deserto, lego creator 106 peças, lego creator 264, um superbanco imobiliário, um detetive, um perfil, uma imagem em ação, cinco jogos clube grow, um war, um genius, um resposta se puder, um superjogo da vida, um Disney jogo do castelo, quatro jogos cara a cara, dez jogos de baralho de plástico; cinco jogos de dominó, seis livros de banho, dez DVDs musicais e dez DVDs de estorinhas.

▶ CONTINUA



▲ A entrega foi feita na manhã de 25 de maio



FOTOS BARBARA PEREIRO



▲ Prof. Alexandre Rodrigues entrega o certificado a Enéias Xavier



▲ Diretorias do Hospital das Clínicas e da AMMP



▲ A pediatra Carla Emília (em pé) acompanhou os diretores da AMMP

O valor total dos itens doados somou mais de R\$ 23 mil. O Hospital das Clínicas foi escolhido para abrir as campanhas sociais da AMMP por ser um hospital 100% SUS e atender a milhares de pessoas de todo o Estado anualmente

Hospital é referência em média e alta complexidade

O Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais é um hospital 100% SUS e gerenciado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Realiza atividades de ensino, pesquisa e assistência, sendo referência no sistema municipal e estadual de saúde no atendimento a pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade. Funciona 24 horas.

O HC é campo de ensino para os cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Odontologia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Nutrição e Fonoaudiologia.

Inaugurado em agosto de 1928, atualmente o complexo hospitalar é formado por um edifício central, o Hospital São Vicente de Paulo e sete prédios anexos para atendimento ambulatorial: ambulatório Bias Fortes, anexo Osvaldo Costa, ambulatório São Vicente, Hospital Borges da Costa, Hospital São Geraldo e o CTRDIP Orestes Diniz, além da Moradia dos Médicos Residentes (anexo Maria Guimarães).

No antigo ambulatório Carlos Chagas, está sendo construído o Centro Jenny Faria de Assistência à Saúde do Idosos e da mulher.

O HC fica na Avenida Professor Alfredo Balena, 110, bairro Santa Efigênciã, em Belo Horizonte – (31 3248-9300, <http://www.hc.ufmg.br>).

Promotor e atleta

O belo-horizontino Alberto Bogliolo, 41 anos, é promotor de Justiça do Juízo de Sucessões da Capital, onde chegou em 2002, depois de andanças pelo interior mineiro – Santa Luzia, Santa Maria do Suaçuí, Governador Valadares, Ipatinga e Contagem em promotorias diversas. É atleta e figura no *ranking* brasileiro de maratonistas, tendo conquistado, neste ano, o segundo lugar em sua faixa etária na Supermaratona do Rio Grande na prova de 50 km. Para manter seu volume de treinamento, mantém uma alimentação saudável e acompanhamento regular de cardiologista e fisioterapeuta. O esporte, para ele, é fonte de bem-estar, auxiliando significativamente na disposição para o trabalho e demais atividades do dia a dia, além de lhe trazer satisfação pessoal, não só pela promoção da saúde, mas também pela saudável sensação de superação que propicia.



Arquivo Pessoal

– Quem é?

Sou Alberto Bogliolo Sirihal, 41 anos de idade, nascido em Belo Horizonte, filho de Sami Sirihal, já falecido, professor e advogado trabalhista, e Rina Bogliolo Sirihal, professora aposentada.

– Quando ingressou na instituição? Onde estudou e trabalhou antes do MP?

Ingressei no MP em setembro de 1998, através do XXXVI concurso. Estudei na Faculdade de Direito da UFMG, onde me formei em dezembro de 1996. Nos anos de 1995 e 1996, estagiei no extinto Tribunal de Alçada de Minas Gerais e na Justiça Federal. Entre março de 1997 e setembro de 1998, fui Analista Judiciário da Justiça Federal.

– Trabalha em qual comarca hoje? Quando entrou no MP,

foi para onde? Se no interior, como foi sua adaptação, os primeiros tempos na nova cidade? Quando chegou a BH?

Atualmente sou titular da 5ª Promotoria de Justiça – Juízo de Sucessões da Capital. Ao ingressar no Ministério Público, inicialmente como Promotor de Justiça Substituto, atuei em Santa Luzia e na Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Belo Horizonte. Em março de 1999, fui promovido para Santa Maria do Suaçuí, onde fiquei por breve período, sendo então promovido para Governador Valadares, ali permanecendo por cerca de dois anos e meio. A adaptação em Governador Valadares foi tranquila, apesar da dificuldade inicial com o trabalho, tendo na ocasião atuado em Promotoria com atribuições na área da infância e da juventude

e criminal, com grande movimentação de processos e volume diário significativo de audiências. Contudo, a convivência com outros colegas mais experientes da comarca facilitou o aprendizado. Posteriormente, fui promovido para Ipatinga e, em seguida, removido para Contagem, vindo então para Belo Horizonte em novembro de 2002.

– O que faz nas horas vagas?

Sou frequentador assíduo de academia. Nas horas vagas gosto, também, de ver filmes, ouvir música e de ir a restaurantes.

– Sabemos que o senhor é maratonista e está hoje no *ranking* nacional. Como se dedica ao esporte? Como é sua vida de atleta? Quais

A expectativa é que tenhamos sabedoria para continuarmos bem desempenhando nosso papel e crescendo como instituição, não obstante as novas dificuldades que surjam no nosso caminho

são suas outras atividades preferidas?

Me dedico há já cerca de 14 anos à corrida. Também faço regularmente musculação e, com menos frequência, pratico natação. Gosto de participar de corridas de rua, em especial de longas distâncias. Para manter meu volume de treinamento, procuro ter uma alimentação saudável, e mantenho acompanhamento regular de cardiologista e fisioterapeuta. O esporte, para mim, é fonte de bem-estar, auxilia significativamente na disposição para o trabalho e demais atividades do dia a dia e traz enorme satisfação pessoal, não só pela promoção da saúde, mas também pela saudável sensação de superação que propicia. Como exemplo de momentos de grande satisfação pessoal no esporte, cito as ocasiões em que completei os 42,2 km de uma maratona abaixo de 3 horas, e a participação na Supermaratona do Rio Grande deste ano, no Rio Grande do Sul, prova de 50 km, que completei na 2ª colocação na minha faixa etária e 11ª colocação geral.

– O que está achando de sua vida profissional? O que sente?

Gosto de minha vida profissional. Tive o privilégio de atuar em áreas diversas, cada uma com desafios diferentes. Além da experiência no interior, em Belo Horizonte atuei por cerca de dez anos na Promotoria Criminal, podendo dizer que ali tive momentos árduos, mas também de grande realização profissional. Acredito que a atuação no âmbito criminal, em primeira instância, é uma das funções mais nobres do Ministério Público, na medida em que ali se tem o efetivo contato com os acusados, vítimas e testemunhas,

e ali, com a dedicação e combatividade do Promotor de Justiça, se produzem as provas necessárias para que haja a correta e justa aplicação da lei. Também tive imensa satisfação em atuar, no ano de 2009, como assessor do Corregedor-Geral do Ministério Público e, no ano de 2013, como assessor especial do Procurador-Geral de Justiça com atuação junto à Procuradoria de Justiça de Recursos Especiais e Extraordinários Criminais. Foram experiências únicas para mim, que muito me honraram, e que permitiram enorme aprendizado, melhor conhecimento da instituição, e convívio com colegas de grande valor, que se dedicam incansavelmente ao engrandecimento do Ministério Público. Hoje tenho a satisfação de atuar, na Promotoria de Sucessões, ao lado de colegas de elevada experiência no Ministério Público.

– Qual a visão institucional antes e depois de ingressar na carreira?

Ingressei muito novo no MP, razão pela qual minha visão da instituição foi formada essencialmente depois de ingressar na carreira. Posso afirmar que, após quase 18 anos de exercício como Promotor de Justiça, tenho orgulho de integrar a instituição. De fato, constantemente me surpreendo positivamente com a ação de inúmeros valorosos colegas que, a par das constantes dificuldades inerentes a nosso trabalho, atuam com dedicação, afinco e coragem na busca da realização da missão institucional.

– Quais experiências e/ou expectativas tem para compartilhar com a classe?

A experiência é a de que, mesmo diante das inúmeras dificuldades que rotineiramente

surgem em nossa atuação, temos grande potencial de bem realizarmos nossos deveres, em razão de nossa vocação para servir à sociedade, e da estrutura propiciada pela instituição, que tanto cresceu nas últimas décadas. A expectativa é que tenhamos sabedoria para continuarmos bem desempenhando nosso papel e crescendo como instituição, não obstante as novas dificuldades que surjam no nosso caminho.

– Já utilizou de algum serviço, convênio, festa, congresso ou imóvel da AMMP?

Já utilizei diversos serviços da AMMP, convênios na área de compra de veículos, passagens aéreas e outros, participei de festas de fim de ano e de congresso.

– O que espera desta nova diretoria da AMMP? Na opinião do senhor, qual é a importância da AMMP para os membros do MP estadual?

A expectativa em relação à nova diretoria da AMMP é muito boa. Sinto que as diretorias anteriores colaboraram, cada uma a seu modo, para o fortalecimento da associação. Em relação à nova diretoria, a mesma conta com a experiência de membros que tanto já contribuíram para a associação, somada à disposição de colegas mais novos, que vêm se destacando não só pela competência no exercício das funções institucionais, mas também pela grande colaboração que têm prestado para o engrandecimento da AMMP, associação esta que é de vital importância para os membros do MP, em razão do suporte que nos presta nas mais diversas áreas.

O esporte, para mim, é fonte de bem-estar, auxilia significativamente na disposição para o trabalho e demais atividades do dia-a-dia e traz enorme satisfação pessoal

A experiência de membros que tanto já contribuíram para a associação, somada à disposição de colegas mais novos, que vêm se destacando não só pela competência no exercício das funções institucionais, mas também pela grande colaboração que têm prestado para o engrandecimento da AMMP

Acredito que a atuação no âmbito criminal, em primeira instância, é uma das funções mais nobres do Ministério Público, na medida em que ali se tem o efetivo contato com os acusados, vítimas e testemunhas



A execução penal e o princípio da eficiência: o papel do Ministério Público

Em termos de administração, eficiência e eficácia têm significados distintos – eficiência pode ser resumida como “a otimização dos recursos”, ou seja, “fazer mais com o que se tem” e eficácia como “alcançar resultados”.

O princípio da eficiência previsto no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, ao que parece, assumiu o primeiro significado. Quanto mais eu penso, entretanto, chego à conclusão de que o constituinte quis, na realidade, englobar a eficácia, pois não há qualquer sentido em se ter eficiência sem ter eficácia. Para dizer de outra forma, a eficiência sem a eficácia continua sendo uma violação ao princípio constitucional da eficiência.

Explico: para combater um furto, precisamos, em tese, de uma guarnição com dois ou três policiais militares (que atenderão à ocorrência); um delegado de polícia, um escrivão e um investigador (para o inquérito policial); um escrevente de secretaria, um escrevente de audiência, um escrivão e um juiz de direito (para os atos do Judiciário no processo penal); um advogado ou um defensor público (para os atos de defesa no processo penal); um oficial, um analista e um promotor de Justiça (para os atos do Ministério Público no processo penal).

Ora, se somente um policial militar foi necessário no caso concreto, ao invés de dois ou três; se somente

o delegado de polícia e o escrivão foram suficientes para lavrar o APFD (auto de prisão em flagrante delito) e remetê-lo ao fórum sem que outras diligências se mostrassem imprescindíveis; se o escrevente de secretaria também funcionou como escrevente na audiência; se o promotor de Justiça recebeu o feito, manifestou e, pessoalmente, fez a devolução, podemos concluir que houve eficiência, certo? Ou não?

Depende. O objetivo era chegar a uma decisão judicial (condenação ou absolvição)? Se era, podemos até concluir positivamente, pois, olhando somente o caso concreto (e não fazendo uma análise do sistema em si), “fizemos o trabalho utilizando menos recursos”.

Considerando, porém, que, em se tratando de condenação, o objetivo **não pode ser somente** chegar a uma decisão judicial, essa conclusão não é aceitável. Sim, porque o que se espera com a condenação é que a pena seja executada – esse é o objetivo. E se a pena não for executada, não é possível falar em eficiência, mas em **desperdício**, maior ou menor.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, através do seu pleno, decidiu o RE (Recurso Especial) nº 641320, cuja ementa segue abaixo:

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, deu parcial provimento ao recurso extraordinário, apenas para determinar que, havendo viabilidade, ao invés da prisão domiciliar, observe-se: (i) a saída

antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada do recorrido, enquanto em regime semiaberto; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao recorrido após progressão ao regime aberto, vencido o Ministro Marco Aurélio, que desprovia o recurso. Em seguida, o Tribunal, apreciando o tema 423 da repercussão geral, fixou tese nos seguintes termos: a) a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso; b) os juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para qualificação como adequados a tais regimes. São aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como “colônia agrícola, industrial” (regime semiaberto) ou “casa de albergado ou estabelecimento adequado” (regime aberto) (art. 33, §1º, alíneas “b” e “c”); c) havendo déficit de vagas, deverá determinar-se: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto. Até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão

O que se espera com a condenação é que a pena seja executada – esse é o objetivo. E se a pena não for executada, não é possível falar em eficiência, mas em desperdício, maior ou menor

▶ CONTINUA

domiciliar ao sentenciado. Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 11.05.2016.

Depreende-se da súmula que o Tribunal Superior afirmou que não se pode manter reeducando em regime prisional mais gravoso com fundamento em “falta de vaga”, sendo que a análise da adequação do estabelecimento cabe ao juízo do caso concreto.

Não havendo vagas nos estabelecimentos considerados pelo juízo como corretos, este deve determinar nova progressão – se o reeducando não estiver do regime aberto, é claro –, independente do detento ter preenchidos os requisitos para tanto. Em outras palavras, o reeducando ganha um “upgrade” de regime.

Supondo que exista vaga no estabelecimento para o regime aberto, deve ser, concomitantemente, imposta pena restritiva de direitos e/ou estudo (sendo a primeira opção não prevista legislativamente).

Sendo deferida prisão domiciliar também por falta de vagas neste último estabelecimento, o reeducando deve ser monitorado eletronicamente. Parece, ainda, que a imposição de pena restritiva e/ou estudo também persiste nesse caso.

Com o devido respeito ao STE, alguns entraves de ordem prática já podem ser previstos para a completa execução do comando, o que resultará na pura e simples prisão domiciliar (como a própria ementa determina) para os apenados em regime semiaberto (como, por exemplo, um homicida primário).

O primeiro diz respeito ao fato de que, na prática, mal não existem “Casas do Albergado” no país e, em seu lugar, já foi indiscriminadamente adotada a prisão domiciliar no regime aberto. O segundo se refere ao fato de que não houve estruturação

de monitoração eletrônica sequer para os reeducandos nessa situação (prisão domiciliar no regime aberto), quanto mais para o aporte de recebimento também daqueles que estão do regime semiaberto. Se não houve investimentos para presídios, também é fato que não há órgãos responsáveis pela fiscalização direta do trabalho, estudo ou qualquer outra ocupação do reeducando depois que ele está em prisão domiciliar. Não temos pessoas, estrutura, recursos e tampouco cultura no contexto atual.

Por fim, um raciocínio que não é difícil antever: se essa é a “regra” para o regime semiaberto, porque não aplicá-la ao regime fechado, se também não há unidades prisionais próprias para esse regime? E se, ao final, o reeducando não vai ficar preso, ele também não pode suportar prisão durante a ação penal. Não é isso?

Imaginem, por favor, a audiência de custódia de um daqueles 30 rapazes que estupraram a adolescente de 16 anos no Rio de Janeiro, cuja notícia veio a lume no dia 26 de maio de 2016. O que você acha que vai acontecer?

A sociedade, então, fica à mercê do Executivo (e de quem exerce o poder nos diversos momentos históricos) no que tange à vontade de fazer investimentos para o sistema prisional. Se estes não forem feitos (aqui em Minas Gerais, temos cerca de 70 mil presos e um déficit de quase 30 mil vagas), o juiz terá que decidir, por exemplo, se solta um estuprador para “prestar serviços à comunidade” ou se o mantém preso, correndo o risco pessoal, é claro, de atrair para si representações na corregedoria ou no Conselho

Se o reeducando não estiver do regime aberto, é claro –, independente do detento ter preenchidos os requisitos para tanto. Em outras palavras, o reeducando ganha um “upgrade” de regime

Nacional de Justiça, a atenção da mídia, a raiva da sociedade etc.

Voltando à questão do princípio da eficiência e o papel do Ministério Público, como você se sentiria, meu colega que atua na área criminal, se depois de todo o esforço para obter a condenação, a pena não fosse cumprida ou fosse reduzida a praticamente nada?

Pois bem. Além do seu sentimento, seria forçoso reconhecer que estaríamos também violando o princípio da eficiência, pois todo o investimento de recursos (sejam de quais sorte forem – materiais, emocionais, físicos...) resultariam em... nada, ou quase isso.

Esse caminho insidioso, trilhado sem qualquer planejamento e de forma a “apagar incêndios”, enseja enorme risco à segurança pública, pois proporciona um contexto que pode gerar colapso no sistema penal como o conhecemos hoje, sem qualquer substituto que atenda de forma satisfatória e prévia as demandas da sociedade.

Considerando, assim, a missão constitucional do parquet (defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis), faço-lhes um convite, e também um pedido, para que repensem nosso papel junto à execução penal e, com celeridade, mudemos a forma de nossa atuação, pois somente um trabalho firme e concatenado poderá fazer frente a essa situação.

11A. PROMOTORA DE JUSTIÇA DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG
ANACECILIA@MPMG.MP.BR
FACEBOOK: ANA CECÍLIA JUNQUEIRA ALVES GOUVÊA

Nações Unidas aprovam nova política de drogas

“Colocar as pessoas em primeiro lugar” é a meta das Organização das Nações Unidas segundo a nova política de drogas, segundo o diretor-executivo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Yury Fedotov, em seu discurso na sessão especial da Assembleia Geral da ONU (UNGASS) sobre drogas, em Nova Iorque, expressou o tom que será adotado pela organização em relação às políticas sobre o tema a partir de agora. A discussão voltou à pauta depois de 18 anos, quando se optou por reprimir o consumo de diversas substâncias.

Na abertura da assembleia, em 19 de abril, líderes mundiais assinaram uma declaração considerada importante passo para alterar a postura de combate ao uso de entorpecentes

que ainda vigora em grande parte do mundo. O documento propõe encarar o problema por uma perspectiva de saúde pública, e não pelo viés criminalista, segundo a mensagem. Ativistas presentes ao encontro voltaram a afirmar que a mudança de atitude proposta pelas Nações Unidas, no entanto, é um avanço tímido, aquém do esperado por entidades que desejam ver as drogas descriminalizadas.

“A UNGASS tem proporcionado uma oportunidade crucial, em um momento crítico, para construir um entendimento mais compreensivo e coletivo dos desafios que enfrentamos. Colocar as pessoas em primeiro lugar significa ter abordagens equilibradas que atendam à saúde e aos direitos humanos e promovam segurança e proteção da sociedade”, discursou Fedotov.

A diretora-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Margaret Chan, defendeu que a política de drogas saia do âmbito criminal, fazendo coro à ótica sanitária sobre o tema: “As políticas de drogas se concentram quase que exclusivamente no uso do sistema judicial criminal. É preciso que sejam ampliadas para uma abordagem de saúde pública”. Segundo ela, é fundamental a promoção de mecanismos de redução de danos relacionados à injeção de drogas, como o fornecimento de seringas esterilizadas para a prática. Ela citou um programa desenvolvido em Hong Kong que contribuiu para a queda no índice de crimes praticados para a manutenção do vício em drogas. Chamou atenção também para a importância de facilitar o acesso ao uso medicinal das drogas.

Polêmica

Na declaração, intitulada “Nosso compromisso conjunto de abordar e neutralizar de maneira eficaz o problema mundial das drogas”, a ONU traz recomendações sobre prevenção, sem deixar de lado pontos como tratamento, reabilitação, recuperação e reinserção social. O texto, que foi discutido durante dois anos e rascunhado no mês de março em Viena, na Áustria, fala também da “disponibilidade de

substâncias submetidas à fiscalização e do acesso a elas com fins exclusivamente médicos e científicos”.

Países como a Rússia e Indonésia mantêm postura firme sobre o tema e as nações latino-americanas clamam por flexibilização na política mundial de drogas.

Os defensores da flexibilização ganharam ainda o apoio do ex-secretário-geral da ONU Kofi Annan, que

divulgou carta aberta sobre o assunto. Intitulado “Por que estou pedindo o fim da guerra às drogas”, o documento defende a descriminalização do usuário e o fim da repressão ao consumo, produção e comércio de entorpecentes: “Eu acredito que as drogas destruíram muitas vidas, mas políticas governamentais erradas destruíram muitas mais (...) Globalmente, a ‘guerra às drogas’ não teve sucesso”.

Confisco

Outra carta, dessa vez assinada por mais de mil líderes e personalidades e endereçada ao atual secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, gerou confusão na abertura da UNGASS. A organização Drug Police Alliance (DPA) reuniu mais de 60 artistas caracterizados com roupas dos anos 20 — em alusão à década em que foi proibida a produção, transporte e venda de álcool nos EUA — para distribuir cópias do documento, que também repudia a guerra às drogas, na entrada do evento. A carta, no entanto, foi confiscada pela segurança do evento, que proibiu participantes da cúpula de entrarem no local em posse do texto.

No Brasil

A Senad/MJ, em parceria com o Ministério da Saúde e com apoio do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), vem desenvolvendo programas de prevenção baseados em evidências científicas e princípios éticos. Ações de prevenção para crianças, jovens e suas famílias, com efetividade comprovada e adaptadas à realidade brasileira, estão sendo implementadas por profissionais capacitados no âmbito pedagógico, da saúde pública e do trabalho social com famílias. Segundo o UNODC, o Brasil possui hoje uma das mais expressivas experiências de implementação de programas de prevenção baseados em evidências como política pública nacional.

Lei proíbe revista íntima em mulheres e reabre debate sobre segurança

As revistas íntimas em mulheres estão proibidas no Brasil desde o dia 18 de abril. A Lei 13.271/2016 veda a prática em empresas públicas e privadas, inclusive presídios. A norma prevê multa de R\$ 20 mil em caso de descumprimento, a ser revertida a órgãos de proteção dos direitos da mulher.

Especialistas estão divididos. A revista íntima é vista como necessária para prevenir o uso de mulheres, seja companheira ou

familiar do preso, para o transporte de drogas, celulares e outros itens proibidos para dentro dos presídios. Para isso, devem ficar nuas, se agacharem ou saltarem para a identificação de qualquer objeto escondido dentro do corpo — o uso de cães farejadores também é comum.

O principal argumento contra a medida é a preservação da dignidade humana e da intimidade e que não há norma que a autorize. O

procedimento é expressamente proibido pela Resolução 5/14 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. A Lei 10.792/03, em seu artigo 3º, prevê apenas o uso de detector de metal para a revista de quem quer entrar em estabelecimentos penais.

Ao invés de revista íntima, o visitante deve passar por máquinas de scanner, que dependem de sala especial, com temperatura inferior a 38 graus Celsius.

Igor Peixoto é o campeão da 4ª Copa de Kart

A 4ª Copa de Kart da AMMP foi realizada no kartódromo RBC Racing, em Vespasiano, em 21 de maio. Os participantes foram divididos em baterias. Os melhores classificados de cada uma foram para a final. Igor Peixoto foi o campeão, seguido por Rodrigo Vidal, André Santana, Cristóvan Ramos e Diego Vasconcelos.

Todas as baterias foram concorridas, com os pilotos acelerando forte. O que não faltou foi ultrapassagens e brigas intensas por cada posição.



Passeio ecológico é realizado na Serra do Cipó

Com o objetivo de incentivar a prática esportiva e o contato com a natureza, foi realizado um passeio ecológico no Parque Nacional da Serra do Cipó, situado na Serra do Espinhaço. O parque possui área de 33.8 mil hectares, o que corresponde à superfície total da cidade de Belo Horizonte, um perímetro de 154 quilômetros. O acidentado dá origem a cachoeiras e corredeiras de grande beleza visual, a exemplo das cachoeiras da Farofa e da Braúna e o cânion dos Confins.

E é para lá que foram os associados. Andando, correndo ou pedalando, todos, cada um no seu ritmo, puderam desfrutar da maravilhosa sensação de estar totalmente em comunhão com a natureza.



Track&Field Boulevard

Para quem gosta da tradicional corrida de rua, a opção foi a Track&Field Boulevard, em 22 de maio. Essa etapa que faz parte da série de corridas promovida pela Track&Field.

Com percursos de 5 e 10 km, a prova, realizada na Avenida dos Andradas, em Belo Horizonte, atraiu milhares de participantes. Um dos atrativos principais do evento é o trajeto da prova, que foge da orla da Lagoa da Pampulha e, por isso, oferece aos corredores condições diferentes, como umidade e temperatura.



Master e Super Master são campeãs do Torneio Nacional de Futebol Society



As equipes Master e Supermaster mineiras foram as campeãs do XV Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público, realizado de 26 a 29 de maio, em Florianópolis. Na disputa final, o Master mineiro garantiu o título, vencendo Goiás por 2 x 0. O Supermaster venceu o time do Rio Grande do Sul, nos pênaltis, e garantiu também o primeiro lugar.



São Paulo foi campeão da categoria Força Livre, disputando o título com Mato Grosso do Sul, ganhando de 4 x 1. Na categoria Força Livre, Minas ficou em terceiro lugar e na Sênior em quarto.



O resultado final consagrou a delegação mineira como a de melhor campanha, obtendo ainda a premiação de artilheiros nas categorias Master. De acordo com o diretor de Esportes da AMMP, Fabiano Mendes Cardoso, “esse resultado obtido demonstra a dedicação dos associados, comissão técnica e funcionários da Associação, ensejando a melhor campanha de nossa Associação em todos os torneios já disputados”.



Alegria e agradecimento



Segundo Gustavo Balsamão, atleta Supermaster e ex-diretor de Esportes da AMMP, não foi fácil o torneio, mas as adversidades foram vencidas uma a uma e o jogo do qual participou foi decidido nos pênaltis. Feliz demais com o resultado, Balsamão agradece especialmente

a Clebinho, Alysson, comissão técnica (sobretudo a Nego), ao colega Fabiano e companheiros da equipe Supermaster, amigos (e respectivas esposas) das demais categorias que emprestaram seu apoio incondicional na arquibancada. Agradeceu também a Téo e a Deus.